



**UN CLIMATE
CHANGE
CONFERENCE
UK 2021**

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

Relatório da participação da Delegação Parlamentar da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território na 26.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (COP26)

- Presidência do Reino Unido –
Glasgow, 31 de outubro a 12 de novembro 2021

INDICE

1. ASPECTOS GERAIS

2. REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR PORTUGUESA

3. A CONFERÊNCIA

3.1. Cerimónia de Abertura

3.2. Sessão Plenária – High Level Segment

3.3. Reuniões realizadas

4. CONCLUSÕES

4.1. O Pacto de Glasgow

4.2. Outros Compromissos

4.3. Notas finais

1. ASPECTOS GERAIS

A [vigésima sexta sessão anual da Conferência das Partes](#) ("COP26"), órgão supremo estabelecido pela [Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas](#)¹ ("*United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC*") decorreu entre 31 de outubro e 12 de novembro de 2021 em Glasgow, sob a [Presidência do Reino Unido](#). Em simultâneo com a COP26, realizaram-se a [décima sexta sessão da Conferência das Partes para o do Protocolo de Quioto](#)² ("CMP16"), órgão que supervisiona a implementação do protocolo e as decisões tomadas para aumentar a sua eficiência; e a [terceira sessão da Conferência das Partes no âmbito do Acordo de Paris](#)³ ("CMA3").

Num contexto particularmente desafiante, marcado pelo intervalo de 2 anos sem sessões formais e pelas restrições decorrentes de COVID-19, a COP 26 reuniu 120 líderes mundiais e registou mais de 40.000 participantes, que incluíram 22.274 representantes das Partes, 14.124 observadores e 3.886 representantes dos meios de comunicação social. Os trabalhos, presididos por [Alok Sharma](#) decorreram nas instalações do [Scottish Event Campus](#).

A Presidência da COP 26 estabeleceu os seguintes objetivos:

1. Mitigação: assegurar net zero global em meados do século e manter a meta de limitar a 1,50 ao alcance;
2. Adaptação: adaptar urgentemente para proteger comunidades e habitats naturais;
3. Mobilizar financiamento;
4. Colaborar, promovendo o trabalho conjunto para acelerar ação.

Foi priorizada a conclusão dos pontos relativos à operacionalização total do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas (artigo 6.º), tendo em vista conseguir a mobilização global para o aumento das contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), atendendo a que o relatório IPCC evidenciou que os compromissos assumidos em Paris não seriam suficientes para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

¹ Portugal é Parte da Convenção, tendo procedido à sua ratificação em 21 de junho de 1993, através do Decreto n.º 20/93, de 21 de junho, alterado pelo Decreto n.º 14/2003, de 4 de abril.

² O Protocolo de Quioto, ratificado por Portugal em 2002 através do Decreto n.º 7/2002, de 25 de março, foi adotado na 3.ª Conferência das Partes da Convenção, realizada em Quioto a 11 de dezembro de 1997.

³ O Acordo de Paris entrou em vigor, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º, no trigésimo dia após a data em que 55 Partes da Convenção, contabilizando no total pelo menos 55 % do total das emissões globais de gases com efeitos de estufa, depositaram os seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, em 4 de novembro de 2016. A primeira sessão da Conferência das Partes no âmbito do Acordo de Paris (CMA 1) ocorreu em Marraquexe, Marrocos, de 15 a 18 de novembro de 2016.

2. REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR PORTUGUESA

A [Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território \(11.ª\)](#), na qualidade de órgão especializado da Assembleia ao qual incumbe, entre outras competências, a fiscalização e controlo político em matéria de desenvolvimento sustentável e crise climática, incluindo medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, estratégia nacional para o controlo de gases com efeito estufa e gestão de fenómenos extremos em cenários de alterações climáticas, deliberou, por unanimidade, a relevância e o interesse para os trabalhos da 11.ª Comissão a participação de uma delegação, composta por um representante de cada Grupo Parlamentar, exceção do GP PCP, e NInsc na COP 26.

Desencadeado o necessário processo autorizativo, por despacho de 17 de setembro de 2021 de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, foi autorizada a deslocação de uma delegação, que veio a ter a seguinte composição:

1. Presidente da 11.ª Comissão, **Deputado José Maria Cardoso**, que chefiou a delegação;
2. **Deputado Nuno Fazenda (PS)**;
3. **Deputado Bruno Coimbra (PSD)**;
4. **Deputado Nelson Peralta (BE)**;
5. **Deputado Pedro Morais Soares (CDS/PP)**;
6. **Deputada Inês Sousa Real (PAN)**;
7. **Deputado José Luis Ferreira (PEV)**;
8. **Deputada Joacine Katar Moreira (NInsc)**;
9. Assessora Parlamentar Isabel Gonçalves

3. A CONFERÊNCIA

3.1. Cerimónia de Abertura

Na cerimónia de abertura (**World Leaders Summit**), participaram **Boris Johnson** (Primeiro Ministro do Reino Unido) **António Guterres** (Secretário-Geral das Nações Unidas), **Patricia Espinosa** (UNFCCC Executive Secretary), **Mario Draghi** (Primeiro Ministro de Itália), **Mia Mottley** (Primeira Ministra dos Barbados), Sir **David Attenborough** e o **Príncipe de Gales**.

O [Secretário-Geral das Nações Unidas](#) lançou um alerta para a evidência cientificamente constada de que os seis anos que decorreram desde o Acordo do Clima de Paris foram os mais quentes já registados. Chamou a atenção para que, embora os anúncios mais recentes possam ter dado a impressão de que se está no caminho certo para mudar as coisas, essa impressão pode ser ilusória, pois o último relatório publicado sobre NDCs patenteia que, mesmo que as contribuições dos países venham a ser asseguradas nos termos definidos em Paris, o seu cumprimento ainda condenará o mundo a um aumento catastrófico de temperatura de 2,7 graus. E que, mesmo na melhor das hipóteses, as temperaturas subirão bem acima de dois graus.

“Ao abirmos esta tão esperada conferência sobre o clima, ainda estamos a caminhar para um desastre climático. A ciência é clara. Nós sabemos o que fazer”, declarou.

Elencou os passos essenciais que precisam ser dados:

1) manter a meta de 1,5^o C viva, o que requer maior ambição de mitigação e ação concreta imediata para reduzir as emissões globais em 45% até 2030, devendo ser os países desenvolvidos a liderar o esforço:

“Precisamos de ambição máxima - de todos os países em todas as frentes - para fazer de Glasgow um sucesso (...) se os compromissos forem insuficientes até o final desta COP, os países devem visitar seus planos e políticas climáticas nacionais”;

2) proteger as comunidades vulneráveis dos perigos claros e presentes das mudanças climáticas, instando os doadores a alocar metade de seu financiamento climático para a adaptação;

3) proporcionar mais financiamento público para o clima: o compromisso de financiamento climático de 100 mil milhões de dólares por ano em apoio aos países em desenvolvimento deve tornar-se uma realidade de financiamento climático - isso é fundamental para restaurar a confiança e a credibilidade.

Anunciou ainda que a ONU irá instituir um Grupo de Peritos para propor padrões claros para medir e analisar os compromissos líquidos zero de atores não-estatais.

No mesma cerimónia, teve lugar a [intervenção](#) da **Secretária Executiva do UNFCCC, Patricia Espinosa**. Começou por congratular as partes por, numa época conturbada pela pandemia, apesar de dois anos sem sessões formais, ter sido possível manter o processo em andamento. Frisou que o sucesso está ao alcance desta COP, por três razões principais: a) dispor-se de uma plataforma adequada para agir; b) o caminho para as soluções já ser conhecido; c) e a ciência estar ao dispor das soluções identificadas.

“Está inteiramente ao nosso alcance. Mas chegar lá depende da conclusão do nosso trabalho aqui. Depende da implementação total do Acordo de Paris. Depende de mais ação climática. Depende de si. Depende de todos nós”, concluiu.

Declarações consultáveis em <https://unfccc.int/cop-26/speeches-and-statements#eq-1>

3.2. Sessão Plenária – High Level Segment

A Primeira Parte do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e de Governo foi inaugurada por **Alok Sharma**, Presidente da COP 26 imediatamente após a cerimónia de abertura da Cimeira de Líderes Mundiais. Intervieram, entre outros, o Primeiro-Ministro espanhol **Pedro Sánchez** (em primeiro lugar na qualidade de Chefe de Governo do país anfitrião da COP 25), o Presidente dos USA, **Joseph R. Biden**, o Presidente de França, **Emmanuel Macron**, o Presidente de Angola, **João Lourenço** (intervenção disponíveis em <https://unfccc.int/cop-26/speeches-and-statements#eq-2> e <https://unfccc.int/cop-26/speeches-and-statements#eq-3>)

A delegação da União Europeia foi chefiada pelo presidente do Conselho Europeu, **Charles Michel**, pela presidente da Comissão Europeia, **Ursula von der Leyen**, e pelo Primeiro-Ministro esloveno, **Janez Janša**, em representação da Presidência eslovena do Conselho da UE.

A [Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen](#) apelou a que todos os líderes se coloquem do lado certo da história, fazendo o que é necessário para limitar **agora** o aquecimento global a 1,5^o C. Garantiu que a Europa, com seu Pacto Ecológico, não poupará esforços para se tornar o primeiro continente neutro no clima:

“Em primeiro lugar, temos de assumir compromissos firmes para reduzir as emissões até 2030; zero líquido em 2050 é bom, mas não é suficiente. Precisamos de ação real durante esta década, agora. Para a Europa, isso é de -55%, no mínimo, implementado e concretizado. Em segundo lugar, precisamos chegar a um acordo sobre uma estrutura robusta de regras, por exemplo, para tornar os mercados globais de carbono uma realidade. Há que pôr um preço no carbono, a natureza não pode mais pagar esse preço. Em terceiro lugar, devemos mobilizar o financiamento climático para apoiar os países

vulneráveis a adaptarem-se e avançarem num crescimento limpo. A União Europeia contribuirá plenamente para alcançar os objetivos globais em matéria de adaptação. Com cerca de 27 mil milhões de dólares [cerca de 23 mil milhões de euros] em 2020, a Europa já é a maior provedora de financiamento climático (...) E prometemos um adicional de 5 mil milhões de dólares [cerca de 4,3 mil milhões de euros] até 2027 do Orçamento da UE. Vamos duplicar o financiamento para a biodiversidade, especialmente em países vulneráveis. Em quarto e último lugar, a inovação e tecnologia estão ao nosso dispor”, lembrou.

Na Segunda Parte do **Segmento de Alto Nível** (dias 9 e 10 de novembro) tiveram lugar intervenções de [Altos Representantes das Partes](#), que proferiram as declarações disponíveis nos seguintes links: <https://unfccc.int/cop-26/speeches-and-statements#eq-4> e <https://unfccc.int/cop-26/speeches-and-statements#eq-5>

Entre as intervenções da Segunda Parte do Segmento de Alto Nível destacou-se, no dia 10 de novembro a [declaração nacional do representante do Governo português](#), o **Ministro do Ambiente e Ação Climática, João Matos Fernandes**.

Assinalou que Portugal foi o primeiro país do mundo a comprometer-se a atingir neutralidade climática em 2050 e anunciou que, a partir do corrente mês de novembro, Portugal vai deixar a produção de eletricidade através de carvão.

Declarou ainda que, em 2020, Portugal reduziu as emissões em 32%, em relação a 2005 e mais de 60% de geração de energia foi baseada em renováveis. Assegurou que Portugal continuará a investir em energias renováveis, principalmente em energia solar e também está a investir em projetos de hidrogénio verde.

O Ministro afirmou que Portugal está empenhado em continuar a financiar ações climáticas noutros países, nomeadamente através do Fundo Português do Ambiente, como os países africanos lusófonos. Comprometeu-se a que Portugal duplique o financiamento climático, atribuindo um total de 35 milhões de euros até 2030.

3.3. Reuniões realizadas

Antecipando a declaração nacional de Portugal na Sessão Plenária, a delegação parlamentar reuniu, no dia 9 de novembro, com o **Ministro do Ambiente e da Ação Climática de Portugal, João Matos Fernandes**, e membros da sua delegação, entre os quais se contaram a Secretária-Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, Alexandra Carvalho e a Vogal do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Ana Teresa Perez. O membro do Governo responsável pela pasta das alterações climáticas aludiu aos principais aspetos relativos à posição que Portugal ao longo desta Conferência, bem como o ponto de situação das negociações que decorreram ao longo da semana anterior. Usaram a palavra o Presidente da Comissão, **Deputado José Maria Cardoso**, e os membros da delegação, **Deputado Nuno Fazenda (PS)**, **Deputado Bruno Coimbra (PSD)**, **Deputado Nelson Peralta (BE)**; **Deputado Pedro Morais Soares (CDS/PP)**; **Deputada Inês Sousa Real (PAN)**; **Deputado José Luis Ferreira (PEV)** e **Deputada Joacine Moreira (NInsc)**.

A delegação parlamentar reuniu ainda com as Organizações Não Governamentais **ZERO** (representada por Francisco Ferreira), **Plataforma Portuguesa das ONGD** (José Luis Monteiro, da **OIKOS/ONGDs**; e Catarina António e Mariana Pereira, da **ONGD FEC**) e **Business as Nature** (Susana Viseu), tendo estas organizações congratulado o Parlamento pela aprovação da lei do clima e antecipação da meta da neutralidade climática para 2045. Foi assinalado que no ranking 62 países e UE – Portugal subiu para 16.º, alertando, no entanto, para que Portugal entre 2014 a 2019 não diminui emissões, e como resultado dos incêndios, em determinados anos até subiu, pelo que tem de ser dada continuidade aos esforços, sobretudo nos sectores de transportes e da agricultura. Na reunião, tiveram intervenções os Senhores **Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP)**, **Deputado Nelson Peralta (BE)**; **Deputada Inês Sousa Real (PAN)**; **Deputada Joacine Katar Moreira (NInsc)**; **Deputado José Luis Ferreira (PEV)**; **Deputado Nuno Fazenda (PS)**; **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** e o Presidente da Comissão, **Deputado José Maria Cardoso**.

Os membros da delegação distribuíram-se pelos diversos segmentos do encontro, tendo assistido a encontros promovidos pelas Nações Unidas, pela Presidência da COP e side events organizados por múltiplas entidades participantes.

Mereceu particular destaque o encontro promovido pela Presidência da COP “[Advancing gender equality in Climate Action](#)”. Com base na *Action Coalition on Feminist Action for Climate Justice* da ONU

e no Plano de Ação de Género da UNFCCC, o evento reuniu ministros, sociedade civil, líderes empresariais e ativistas, tendo como objetivo impulsionar o progresso neste campo através do anúncio de novos e fortalecidos compromissos. Contou com intervenções do Presidente da COP, **Alok Sharma**, da Primeira-Ministra da Escócia, **Nicola Sturgeon**, e da Presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, [Nancy Pelosi](#), entre outros.

Igualmente a destacar, o evento organizado pela Presidencia da COP, **“ROAR: Science & innovation for climate adaptation”** ao qual a delegação teve oportunidade de assistir, e onde foi demonstrado que a ciência e a inovação podem fornecer soluções climáticas para atender e acelerar uma ambição cada vez maior, se tiver por base a Pesquisa de Adaptação Orientada a Resultados (ROAR), essencial para a adequada perceção sistémica das necessidades de adaptação climática e para viabilizar uma mudança de paradigma que aproveite todo o potencial da ciência e da inovação.

4. Conclusões da Conferência

A COP26 traduziu o primeiro teste significativo ao [Acordo de Paris](#), que, no artigo 4.º, n.º 9, prevê a revisão quinquenal das contribuições - NDCs. Foi o primeiro ponto em que os países reponderaram as suas contribuições como parte do ciclo de ambição quinquenal estabelecido em Paris em 2015.

No balanço da Conferência, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres considerou que os textos aprovados são um compromisso que reflete os interesses, as condições, as contradições e o estado da vontade política no mundo de hoje. *“Estes compromissos significam passos importantes, mas infelizmente a vontade política coletiva não foi suficiente para superar algumas contradições profundas”*, disse. Os cortes nas emissões globais ainda estão longe de onde deveriam estar para preservar um clima habitável, e o apoio aos países mais vulneráveis afetados pelos impactos das mudanças climáticas ainda está muito aquém.

Foi, no entanto, considerado que a COP26 produziu novos “blocos de construção” para promover a implementação do Acordo de Paris por meio de ações que podem levar o mundo a um caminho mais sustentável e de baixo carbono.

4.1. O Pacto de Glasgow

Relativamente aos acordos alcançados em Glasgow, que passaram a constar da declaração firmada pelas Partes no final da sessão, destacam-se:

Reconhecimento da emergência - os países reafirmaram a meta do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2° C acima dos níveis pré-industriais e envidar esforços para limitá-la a 1,5 ° C.

Acelerar a ação - os países enfatizaram a urgência de ação “nesta década crítica”, quando as emissões de dióxido de carbono **devem ser reduzidas em 45 por cento para chegar a zero líquido em meados do século**. Com os atuais planos climáticos - as contribuições determinadas nacionalmente – fica-se muito aquém da ambição. O Pacto Climático de Glasgow insta todos os países a **apresentar planos de ação nacionais mais fortes no próximo ano**, em vez de 2025, que era o cronograma original. Os países também solicitaram que a **UNFCCC elabore um Relatório de Síntese anual sobre NDCs** para avaliar o nível atual de ambição.

Combustíveis fósseis - na talvez mais contestada decisão de Glasgow, os países concordaram com uma disposição pedindo uma **redução gradual da energia do carvão** e uma **eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis “ineficientes”** - duas questões-chave que nunca foram explicitamente mencionadas nas decisões da ONU negociações climáticas anteriores, apesar de carvão, petróleo e gás serem os principais motores do aquecimento global. Muitos países e ONGs expressaram insatisfação com o fato de a linguagem sobre o carvão ter sido significativamente enfraquecida (da eliminação para a redução) e, conseqüentemente, não ser tão ambiciosa quanto deveria ser.

Financiamento do clima - os países desenvolvidos chegaram a Glasgow sem cumprir sua promessa de entregar 100 mil milhões de dólares por ano aos países em desenvolvimento. Expressando “pesar”, o resultado de Glasgow reafirma a promessa e exorta os países desenvolvidos a cumprir totalmente a meta de 100 mil milhões de dólares com urgência. Os países desenvolvidos, em um relatório, expressaram confiança de que a **meta de 100 mil milhões de dólares por ano aos países em desenvolvimento** seja cumprida em 2023.

Adaptação - o Pacto de Glasgow estabelece a **duplicação do financiamento para apoiar os países em desenvolvimento na adaptação** aos impactos das mudanças climáticas e construção de resiliência. Glasgow também estabeleceu um **programa de trabalho para definir uma meta global de adaptação**.

Livro de regras de Paris - os países chegaram a um acordo sobre os detalhes operacionais para a implementação prática do Acordo de Paris, entre os quais se incluem as normas relacionadas aos mercados de carbono, que permitem que os **países que lutam para cumprir as respetivas metas de emissões adquiram reduções de emissões de outras nações que já ultrapassaram suas metas**. Foram também concluídas negociações sobre uma estrutura de transparência aperfeiçoada, com prazos comuns e formatos acordados para a apresentação de relatórios regulares sobre o progresso, tendo em vista criar confiança.

Mecanismo de perdas e danos - os países concordaram em **fortalecer a Rede de Santiago** (que liga países vulneráveis com fornecedores de assistência técnica, conhecimento e recursos para enfrentar os riscos climáticos) e lançaram o novo **“diálogo de Glasgow”** para discutir meios de financiamento para evitar, minimizar e abordar perdas e danos associados aos efeitos adversos da mudança climática.

4.2. Outros Compromissos

A margem do Pacto, foram conseguidos compromissos e acordos paralelos, dos quais cumpre salientar:

Florestas - [Glasgow Leaders’ Declaration on Forests and Land Use](#) - conservação e restauração de florestas e outros ecossistemas terrestres. 137 países deram um passo importante comprometendo-se a deter e reverter a perda florestal e a degradação do solo até 2030. A promessa é apoiada por 12 mil milhões de dólares em financiamento público e 7,2 mil milhões de dólares em financiamento privado. Além disso, CEOs de mais de 30 instituições financeiras com mais de 8,7 bilhões de dólares de ativos globais comprometeram-se a eliminar investimentos nas atividades ligadas à desflorestação.

Metano - [Compromisso Global do Metano](#) – por iniciativa da UE e dos USA, 103 países, incluindo 15 grandes emissores, assinaram o **Global Methane Pledge**, que visa limitar as emissões de metano em 30% até 2030, em comparação com os níveis de 2020.

Veículos - [Accelerating the transition to 100% zero emission cars and vans](#) - mais de 30 países, oito grandes fabricantes de veículos e outros intervenientes (cidades, instituições financeiras, rent-a-car) estabeleceram a sua determinação de que todas as vendas de carros novos e vans até 2040 globalmente e até 2035 nos principais mercados sejam veículos com emissão zero, acelerando a descarbonização do transporte rodoviário, que atualmente é responsável por cerca de 10 por cento das emissões globais de gases de efeito estufa.

Tecnologias limpas - [Breakthrough Agenda](#) – compromisso assumido na Cimeira de Líderes para o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias limpas e soluções sustentáveis inovadoras de forma a contribuir para o alcance dos objetivos do Acordo de Paris. Estabelece um conjunto de iniciativas específicas nas áreas da produção de eletricidade, dos transportes, do aço e do hidrogénio, que Portugal também subscreveu.

Financiamento Privado da Ação Climática - as instituições financeiras privadas e os bancos centrais anunciaram movimentos para realinhar biliões de dólares no sentido de alcançar emissões zero líquidas globais. Entre eles está a [Glasgow Financial Alliance for Net Zero](#), com mais de 450 empresas em 45 países que controlam 130 biliões de dólares em ativos, exigindo que os membros estabeleçam metas robustas de curto prazo com base científica.

Financiamento Público - [Public Support for the Clean Energy Transition](#) – declaração internacional subscrita por 39 países, incluindo Portugal, para alinhar apoios públicos para a transição energética.

Dimensão social - [Supporting the Conditions for a Just Transition Internationally](#) – declaração subscrita pela União Europeia e outros Estados, focada na necessidade de incorporar a dimensão social da transição para economias descarbonizadas.

Carvão - [Transição justa para baixo carbono](#) - líderes da África do Sul, Reino Unido, Estados Unidos, França, Alemanha e União Europeia anunciaram uma parceria inovadora para apoiar a África do Sul - o produtor de eletricidade com maior intensidade de carbono do mundo - com 8,5 mil milhões de dólares nos próximos 3-5 anos para fazer uma transição justa do carvão para uma economia de baixo carbono.

4.3. Notas finais

Do [ponto de vista das Nações Unidas](#), o conjunto de decisões, resoluções e declarações que constituem o resultado da COP26 foi fruto de intensas negociações nas duas semanas que durou a COP, de um árduo trabalho formal e informal durante muitos meses e de um envolvimento constante presencial e on-line durante quase dois anos. O pacote adotado consiste num compromisso global que reflete um delicado equilíbrio entre os interesses e aspirações das quase 200 Partes dos Acordos do regime internacional que rege os esforços globais contra as mudanças climáticas⁴.

Pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território,

Lisboa, 2 de dezembro 2021

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)

ANEXOS

Anexo 1_ Programa

Anexo 2_ Composição da delegação

Anexo 3_ Nota informativa

Anexo 4_ Despacho autorizativo



COP26_PROGRAMA
.pdf



COP26_delegação
CAEOT.pdf



COP26_Nota
Informativa.pdf



NU 683915.pdf

⁴ Os resultados da COP 26 podem ser consultados no site da **Presidência UK** (<https://ukcop26.org/wp-content/uploads/2021/11/COP26-Presidency-Outcomes-The-Climate-Pact.pdf>), da **Comissão Europeia** (https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/statement_21_6023) e das **Nações Unidas** (<https://www.un.org/en/climatechange/cop26>)